ELEIÇÕES

Braga Netto inelegível também por oito anos

Por 5 x 2, TSE condena general da reserva e pune Bolsonaro mais uma vez

» RENATO SOUZA

Tribunal Superior Eleitoral (TSE) tornou, por 5 x 2, o general da reserva Walter Braga Netto inelegível pelos próximos oito anos. A decisão saiu do julgamento de três ações apresentadas contra a chapa encabeçada por Jair Bolsonaro, nas eleições de 2022, por abuso de poder político e econômico no Sete de Setembro do ano passado. O ex-presidente utilizou a data cívica para fazer campanha política — o que também o tornou, mais uma vez, inelegível.

Na semana passada, quando a matéria começou a ser julgada, o placar fechou em 2 x 1 contra Bolsonaro e em 1 x 1 em relação a Braga Netto. Até então, o único ministro que tinha votado pela absolvição de ambos foi Raul Araújo. O relator Benedito Gonçalves — que analisou as três ações impetradas contra chapa propostas pela coligação Brasil da Esperança, pela ex-candidata à Presidência Soraya Thronicke e pelo PDT — votou pela condenação do ex-presidente e absolvição do general da reserva. Mas o ministro Floriano de Azevedo Marques decidiu pela condenação dos dois.

O ministro André Ramos votou pela inelegibilidade dos dois. "Não há vedação em participar de ato de data comemorativa. Mas a participação do candidato a vice-presidente acontece exatamente no cenário abusivo, com uso da estrutura pública. Ao ali permanecer, contribuiu para a prática que levou aos abusos", destacou.

O ministro Nunes Marques acompanhou o entendimento de Raul Araújo e absolveu a chapa à reeleição. Mas votou pela aplicação de R\$ 40 mil de multa.

A ministra Cármen Lúcia também acompanhou os ministros



Vice da chapa, Braga Netto foi acusado, como Bolsonaro, de usar a estrutura do governo para tentar se eleger

e decidiu pela perda dos direitos políticos de Bolsonaro e do general da reserva. O presidente da Corte, Alexandre de Moraes, foi no mesmo sentido. Além de entender que houve abuso de poder político e uso da estrutura pública, frisou o uso político das Forças Armadas.

"Não podemos fazer a política de avestruz. Ele (Braga Netto) foi o segundo no Comando Militar do Leste, foi da Casa Civil E ministro da Defesa. Ele participou, tanto em Brasília, quanto no Rio de Janeiro. Se beneficiou do ato político. No dia 7 de setembro, o que se fez foi o gran finale de algo que estava sendo engendrado desde a convenção do PL até o dia anterior. Houve

uma verdadeira fusão do ato oficial ao ato eleitoral", observou.

Ao final, Benedito Gonçalves reviu a decisão que apresentou na semana passada e entendeu que tanto Bolsonaro quanto Braga Netto deveriam ficar inelegíveis, fechando o placar em 5 x 2.

Além da impossibilidade de disputar eleições e de receberem votos pelos próximos oito anos, o TSE condenou o ex-presidente a pagamento de R\$ 425 mil de multa. O general da reserva também terá de desembolsar R\$ 212 mil. Os dois podem recorrer da decisão ao Supremo Tribunal Federal (STF).

partir do dia seguinte ao primeiro turno da eleição de 2022, realizada em 5 de outubro. Com isso,

a inelegibilidade se estende até outubro de 2030, o que, na prática, pode deixar Bolsonaro e Braga Netto fora do pleito que ocorrerá nesta data.

Os dois foram condenados por usarem a estrutura pública, inclusive o emprego de servidores, para se promoverem no 7 de setembro do ano passado. Bolsonaro participou do desfile da data cívica e, em seguida, fez comício em um palanque montado junto ao local onde as Forças Armadas se exibiram. Braga Netto não só o acompanhou, como concedeu entrevista para a TV A decisão passa a vigorar a Brasil — que integra a rede de comunicação pública. Também participaram de evento eleitoral no Rio de Janeiro.

DIREITOS HUMANOS

Órfão de vítima de feminicídio terá pensão

» INGRID SOARES

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) assinou, ontem, a lei que cria a pensão para órfãos de mulheres vítimas de feminicídio. Em evento no Palácio do Planalto, classificou o crime como uma "brutalidade abominável". Disse, também, que sancionava a lei com tristeza, por se tratar de uma medida em função da morte de uma mãe.

"Uma das coisas mais abomináveis que acontece na relação humana, em pleno século 21, é a mulher se transformar em vítima prioritária, dentro da sua casa, de marido, namorado, ex-marido, ex-namorado e, às vezes, de outras pessoas. Mais abominável é saber que grande parte das vítimas de feminicídio são mulheres pobres e negras. Ainda muito mais grave é saber que cada

mulher dessa tem um filho ou uma filha que vai ficar dependendo de terceiros para ser cuidada", lamentou.

O benefício será concedido aos órfãos cuja renda familiar mensal por pessoa seja de até 25% do salário mínimo, inclusive em casos em que o feminicídio tenha ocorrido antes da publicação da lei. A pensão alcança crianças e adolescentes. A estimativa é de que as pensões custem aproximadamente R\$ 33,5 milhões até 2025.

A ministra das Mulheres, Cida Gonçalves, a deputada federal Maria do Rosário (PT-RS), autora da lei, e a primeira-dama Janja também participaram do evento. Lula lembrou que a intenção da Lei Maria da Penha, sancionada em 2006, era de que os crimes contra a mulher diminuíssem.

"O que aconteceu é que tem

piorado a situação. Em que momento erramos na formação da humanidade? Será que foi falta de escola, de educação no berço? Foi falta de convivência civilizada. Será que foi a má educação que recebeu? Que foram as companhias que ele teve durante a vida? Poderia se dizer que é por cachaça, por droga, mas muitas vezes não é por nada", disse.

Segundo o presidente, é preciso garantir que as vítimas da violência não tenham os filhos abandonados pelo Estado. "Se o Estado não cuidou da pessoa, e permitiu que ela fosse vítima, precisa assumir a responsabilidade de cuidar dessas crianças", frisou.

De acordo com o projeto de lei que estabelece a pensão para o órfão de feminicídio, em 2020 foram registrados 3.913 assassinatos de mulheres.



Uma das coisas mais abomináveis que acontece na relação humana, em pleno século 21. é a mulher se transformar em vítima prioritária, dentro da sua casa. Mais abominável é saber que grande parte das vítimas de feminicídio são mulheres pobres e negras"

Presidente Lula

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Notícias de uma guerra que chega até nós

Uma das coisas mais tenebrosas que conheci foram os campos de concentração de Auschwitz e Birkenau, na Polônia, designados pelo regime nazista de Adolph Hitler como o lugar para a "Solução Final" para os judeus. Entre o começo de 1942 e o fim de 1944, homens, mulheres, crianças e anciãos de toda a Europa foram transportados em trens para serem eliminados em câmaras de gás e crematórios naquele complexo macabro. Cerca de 1,3 milhão e 3 milhões de prisioneiros foram ali exterminados, sendo 90% judeus. Apoximadamente 150 mil poloneses, 23 mil ciganos, 15 mil soldados soviéticos e 400 testemunhas de Jeová também foram executados, morreram de fome, doenças ou em experiências médicas.

Tudo o que já havia visto sobre o Holocausto, em fotos, vídeos e filmes, nem se compara à experiência tenebrosa da visita ao local. O maior espanto é constatar como a racionalidade humana é capaz de banalizar o mal. Por isso mesmo, não estranhei a reação de Dani Dayan, presidente do Centro para a Memória do Holocausto de Israel, ao criticar o uso da Estrela Amarela pelos diplomatas de seu país na reunião do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU), na segunda-feira: "O emblema amarelo simboliza o desamparo do povo judeu. Hoje, temos um país independente e um exército forte, somos mestres do nosso próprio destino. Hoje, deveríamos colocar um botton de bandeira branca na lapela, não um emblema amarelo", disse, sobre o uso indevido da Estrela de Davi.

Ao ostentar a estrela amarela na lapela com o slogan "Nunca Mais", o embaixador de Israel na ONU, Gilad Erdan, afirmara que era um símbolo de orgulho e uma forma de lembrar que juraram se defender, e que o antissemitismo e o ódio aos judeus estão crescendo pelo mundo. No regime nazista na Alemanha e nos países ocupados na II Guerra Mundial, todos os judeus foram obrigados a usar uma estrela amarela costurada na roupa para serem identificados. Depois, nos campos de concentração, foram numerados com uma tatuagem no braço.

Era uma remissão ao Holocausto, por causa do ataque terrorista do Hamas de 7 de outubro, no qual 1.400 pessoas foram assassinadas e 250 foram sequestradas em Israel. A retaliação de Israel é legitimada perante a opinião pública mundial não somente com a narrativa da luta contra o terrorismo, mas, também, com a memória dos fatos que mais mexem com corações e mentes dos judeus de todo o mundo, inclusive no Brasil: os campos de extermínio nazistas.

Lideranças incompetentes

Em contrapartida, o repúdio ao massacre de crianças, mulheres e idosos em Gaza, que somam aproximadamente 75% dos 8,5 mil palestinos mortos pelo exército de Israel, extrapola o mundo árabe e mobiliza todo o Oriente muçulmano. Tornou-se o epicentro da nova "guerra fria" entre Estados Unidos e a Rússia, em lugar do conflito da Ucrânia. Não há o menor sinal de paz no horizonte. Nem mesmo um cessar-fogo humanitário, a não ser que seja aprovada alguma resolução no Conselho de Segurança da ONU, que vive seu maior impasse. A China, que hoje assume a presidência do colegiado, até agora foi espectadora privilegiada. Veremos qual será seu papel.

As notícias são desanimadoras. Há 240 reféns de Israel nas mãos do Hamas. O número de funcionários das Nações Unidas mortos na Faixa de Gaza aumentou para 67, segundo informação divulgada pela Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Próximo Oriente. Um bombardeio no campo para refugiados na cidade de Jabalia, no norte de Gaza, deixou 50 mortos e mais de 300 feridos.

O coronel Richard Hecht, porta-voz do exército de Israel, confirmou que as forças armadas do país atacaram o campo para matar um dos comandantes do Hamas. Os rebeldes Houthis do Iêmen também entraram na guerra, que acontece a mais de 1.600km de sua sede em Sanaa, e lançaram drones e mísseis contra Israel. Continuam as escaramuças entre o Hezbollah e o exército israelense, na fronteira com o Líbano. Na Cisjordânia ocupada, os conflitos de rua com os soldados israelenses se intensificam.

Em 2009, o historiador britânico-judeu Tony Judt, que faleceu no ano seguinte, num antigo intitulado O que fazer?, vaticinou que a opção de deixar "mediocridades incompetentes" à frente de Israel e da Autoridade Palestina teria consequências catastróficas. "Graças ao tratamento abusivo dos palestinos pelo 'Estado judeu', o imbróglio israelense-palestino é o motivo mais iminente para o ressurgimento do antissemitismo em todo o mundo. É o fator mais eficiente no recrutamento de agentes para os movimentos islâmicos radicais. E priva de um sentindo as políticas externas dos Estados Unidos e da União Europeia para uma das regiões mais delicadas e instáveis do mundo. Algo diferente precisa ser feito."

Parea Judt, Israel vivia um drama existencial: continuar sendo um Estado judeu e deixar de ser uma democracia liberal, como propõe o premiê Benjamin Netanyahu, ou se tornar uma democracia multiétnica e deixar de ser um Estado judeu, com a anexação dos territórios palestinos ocupados. A terceira opção é empurrar os palestinos de Gaza para o deserto do Sinai e promover uma limpeza étnica nos territórios ocupados da Cisjordânia.

